



GT06 - Educação Popular – Trabalho 1056

É POSSÍVEL FAZER POLÍTICA AO VIVER NA RUA?

Sara Ferreira de Almeida - UFSCar

Agência Financiadora: CNPQ

Resumo

A existência de mais de 100 mil pessoas vivendo na rua no Brasil sem contar com direitos básicos protetivos é produto de um sistema de organização da vida cujos elementos primordiais são: o lucro e a propriedade privada; o individualismo e a segregação social. O estudo de doutorado que frutifica o presente trabalho assenta o foco sobre a dimensão política da vida na rua e, para tanto, adota teorias formuladas por pensadores latino-americanos como: Paulo Freire, Enrique Dussel, Oscar Jara Holliday e Marco Raul Mejía que afirmam que seres humanos são inconclusos, inacabados e, por isso, em constante movimento de busca pela humanização. Esses pensadores concebem a política e a ciência como poder e ação popular, e também como ferramentas de transformação da realidade de opressão vivenciadas na periferia do sistema. Sob esse aporte, a pesquisa objetiva identificar os processos constitutivos da prática de luta materializada no Fórum da População de Rua de São Carlos/SP que se reuni para deliberar e agir em prol da garantia dos direitos de vida das pessoas que vivem nessa situação. Espera-se que os resultados possam contribuir com o *quefazer* político educativo da População de Rua e de seus apoiadores/as, bem como com o fortalecimento de suas práticas sociais de luta, cuja relevância no campo político científico possa materializar transformações na realidade de exclusão e preconceito historicamente construída.

Palavras-chave: Processos Educativos, População de Rua, Educação Popular, Sistematização de Experiências, Filosofia da Libertação.

Introdução

Este trabalho expressa os primeiros resultados alcançados no percurso do doutorado¹ desenvolvido no seio do Grupo de Pesquisa *Práticas Sociais e Processos Educativos* que compreende que em toda prática social são produzidos conhecimentos úteis à propagação da vida sobre o Planeta. Trata-se da continuidade de um caminho investigativo que compõe trajetória de trabalho com grupos populares desde a graduação em Ecologia iniciada em 2000. Desse período até meados de 2009, os desafios da atuação no campo da Educação Popular, impeliram a autora a voltar à universidade cursando especialização em Educação de Pessoas Jovens e Adultas na UFSCar. Naquele momento, já trabalhando como educadora social de rua na Prefeitura Municipal de São Carlos, foi possível compreender o quefazer científico como uma prática profissional capaz de desvelar realidades marginais invisibilizadas. Sob esse intento, realizou-se pesquisa voltada à identificação de obstáculos que levam a População de Rua a não retornar à escola e os resultados levaram à formulação de novo questionamento investigado no mestrado: *quando as pessoas que vivem na rua não retornam às escolas, onde e como elas se educam?*

Os resultados dessa pesquisa concluída em 2014, cujo foco foi a identificação de processos educativos possibilitadores da vida na rua, demonstraram que as pessoas nessa condição criam maneiras de ser e estar no mundo consolidando processos de formação humana circunscritos em uma prática social complexa denominada: *viver no mundo da rua*. Dentro dela, empreendem movimentações interpessoais na busca pela afirmação da vida, demonstrando ao restante da sociedade que não são lixos jogados fora e que a rua é um mundo e uma escola onde adquirem experiências e conhecimentos que não são esquecidos jamais.

O trabalho do pesquisador no campo das ciências sociais críticas onde a Educação Popular se insere, configura-se como um *quefazer* científico educativo em comunhão com grupos populares. Para alcançar compreensão profunda sobre vivências de sujeitos marginalizados, é necessário estar aberto a diferentes compreensões de mundo e produzir conhecimento engajado na realidade (DUSSEL, 2001; OLIVEIRA; SOUSA, 2014). Diante disso, o ingresso no doutorado foi motivado pela vontade de

¹ A pesquisa de doutorado vem sendo desenvolvida desde 2014 no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar (PPGE). Conta com apoio do CNPQ e do GT de Educação Popular da ANPED desde 2015.

descobrir as reais possibilidades práticas para que a População de Rua desenvolva práticas de luta política, tendo em vista o grau extremo de carência material a que está submetida.

De forma ampla, o estudo trata os processos de organização política da População de Rua sob o aporte da Educação Popular, da Filosofia da Libertação e da Sistematização de Experiências. Essas teorias latino-americanas contribuem com a compreensão sobre a dimensão política da rua materializada em práticas de luta produzidas por sujeitos que se movimentam em prol da garantia de seus direitos de vida, além de sair do predomínio da ciência eurocêntrica para criar condições próprias de transformação das condições de vida das pessoas que são diretamente afetadas pela segregação em suas múltiplas expressões.

De modo detido foca a experiência de constituição do *Fórum da População de Rua de São Carlos/SP*, cujas atuações coletivas voltam-se à elaboração e efetivação de políticas públicas para o atendimento integral desse grupo no município. Ao evidenciar potencialidades e fragilidades implicadas em processos de constituição, o estudo tece análises sobre os desafios postos à perpetuação da prática social no campo político protagonizada por pessoas que vivem ou que tenham vivido na rua. Com isso, busca apontar contribuições a esse *quefazer* educativo político no atual contexto de crise brasileira que impõe aos grupos populares resistir e lutar contra os crescentes processos de negação da vida.

Esboço da problemática investigada

Desde o surgimento das primeiras ruas brasileiras, estima-se que já havia pessoas que, sem contar com direitos básicos à manutenção da vida de acordo com os padrões tidos como aceitáveis pela sociedade mais ampla (moradia; emprego estável; qualificação profissional; vínculos comunitários e familiares; dentre outros), viviam na rua vagando em busca de alimentação e de trabalhos temporários. Lúcio Kowarick (1994) respaldado por Caio Prado Júnior afirma que a população livre, mas pobre, não tinha lugar na sociedade marcada pelo binômio senhor-escravo. Embora o escravo sofresse com processos de desumanização e trabalho forçado, ele cumpria papel central na sustentação do sistema capitalista colonial (DUSSEL, 2014). Nesse contexto, “havia mendigos, vagabundos, indivíduos que viviam da mão para a boca, sem local fixo de moradia”, oriundos de vários matizes sociais, vagando sem encontrar formas de

“inserção estável na rígida e excludente divisão de trabalho da ordem senhorial-escravocrata” (PRADO JR., 1957, p. 279ss *apud* KOWARICK, 1994).

Atualmente, há mais de 100 mil pessoas vivendo na rua no Brasil (NATALINO, 2016) sem contar com direitos básicos protetivos e esse dado é resultado de um sistema de organização da vida em sociedade cujos elementos primordiais são: o lucro e a propriedade privada; o individualismo e a segregação social. A População de Rua brasileira é heterogênea, dado que é formada por mulheres e homens adultos oriundos de diversas matrizes étnicas e culturais que tem na desvinculação social ocasionada por uma conjunção complexa de fatores, tais como: a pobreza extrema; a dependência química; o desemprego; o rompimento de vínculos familiares e comunitários; além de outros, os motivos que condicionam a “cair na rua”. Essa expressão nativa diz respeito ao início da vida na rua, situação limite vivenciada, em geral, compulsoriamente.

Desde o surgimento do fenômeno no Brasil foram executados, basicamente, dois tipos de políticas que se voltaram a esse público visto sob o estigma da desocupação e de uma outra humanidade. O primeiro tipo teve na repressão, na violência e na higienização social sua marca maior, sendo institucionalizada, principalmente, por meio da criminalização da vagabundagem (STOFFELS, 1977; FERRO, 2011). O outro modo de fazer política esteve pautado na negligência frente às demandas das pessoas que viviam na rua que permaneceram na invisibilidade até meados de 1970. Sendo vistos como sujeitos apáticos e acomodados, foram tratados como incapazes de integrar processos de modificação da realidade, ou seja, foram politicamente considerados como não cidadãos sobrevivendo em um não lugar.

O estudo acadêmico intitulado: *Mendigos na cidade de São Paulo* (STOFFELS, 1977) – que envolveu abordagem sociológica sobre a prática da mendicância naquele município – é considerado pela literatura especializada, o primeiro esboço dessa problemática social no campo científico. Desde esse marco, a articulação entre os campos científico e político proporcionou formulações em torno da identificação do grupo que passou de *Povo de Rua* à *População de Rua*² e, atualmente, *População em Situação de Rua*, concluindo, finalmente, o desenho de uma problemática cuja complexidade não pode ser vista sob uma única mirada. Impõe-se a quem se dedica ao tema, conhecer a vasta produção literária composta por: estudos acadêmicos; manuais

² No presente trabalho, assim como na tese de doutorado em andamento, optei por utilizar a nomenclatura População de Rua, mesma opção do coletivo que constitui o Fórum em questão.

institucionais; produções cinematográficas; jornais e revistas especializadas no assunto, além de se entregar à *convivência dialógica*³.

Nesse sentido, faz-se importante mencionar que a produção acadêmica sobre a População de Rua está organizada em duas vertentes: a primeira se dedica a sistematizar quem são os sujeitos que vivem na rua, como organizam o cotidiano e como são vistos pelo governo e pela sociedade civil que não compartilha a mesma situação. A segunda enfoca o público como sujeito capaz de se organizar e produzir ações no campo político objetivando obter visibilidade e o atendimento de suas demandas prementes.

Desde que a População de Rua iniciou os primeiros processos de engajamento político no início dos anos 2000, na vigência do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, ganhos foram obtidos em termos de institucionalização de direitos fundamentais (BRASIL, 2009; COSTA, 2007; MELO, 2011; FERRO, 2011). Contudo, “tais políticas passam pela tentativa de solução imediatista e paliativa” (COSTA; BARBOZA, 2016, p. 7) com fortes traços higienistas que não garantem às pessoas o alcance de melhores condições de vida, nem fora da rua, muito menos nela. O fornecimento de passagens para voltar para a cidade de origem, a expulsão das regiões centrais das cidades, a busca pela família e os encaminhamentos para albergues e casas de passagem ainda são as políticas predominantes em relação ao grupo, dado que, as instituições de acolhimento nem sempre consideram a complexidade da situação. Tais ações, conseqüentemente, acarretam a manutenção da estrutura do problema que cresce em nível acelerado dado à conjuntura econômica e política que se apresenta e que se soma a outros aspectos como a introdução de drogas baratas e altamente viciantes, como o crack. Essa realidade vem gerando cada vez mais raiva⁴ no grupo que, negado em sua humanidade suprema e

³ O convívio dialógico, como coloca Ribeiro Junior (2009, p. 73-74), “não se configura como uma etapa do processo de pesquisa, mas como o próprio processo, permitindo a construção da amizade e a troca de visões de mundo. Convívio dialógico, portanto, é compreendido como a relação estabelecida entre os sujeitos da pesquisa. Esta relação se dá na inserção do pesquisador no cotidiano da prática social em que se desenvolve a pesquisa, de modo que, a partir do diálogo, estes sujeitos troquem experiências de vida e visões de mundo, na crença que através do diálogo, no olho no olho é possível construir caminhos para a construção de uma sociedade mais justa”. Quando um sujeito sem trajetória de rua se insere na prática de luta com a População de Rua, é certo que será provocado a experimentar a situação, nem que seja por instantes: provando a prática do mangueio; comendo em bocas de rango ou, até mesmo, dormindo na rua. O convite é feito para que, quem nunca sofreu na pele a agrura que essa condição representa, possa experimentá-la, a fim de saber concretamente: a favor de quem, contra quem se posicionará; a favor de que, contra o que lutará.

⁴ “Está errada a educação que não reconhece na justa raiva, na raiva que protesta contra as injustiças, contra a deslealdade, contra o desamor, contra a exploração e a violência um papel altamente formador. O que a raiva não pode é, perdendo os limites que a confirmam, perder-se em raivosidade que corre sempre o risco de se alongar em odiosidade” (FREIRE, 1996, p. 40-41).

tomado pela raiva ao compreender os processos de negação da vida a que está submetido, passa a elaborar estratégias cotidianas que confrontam a lógica histórica do direito de não ter direitos.

Na rua, de maneira mais isolada ou coletiva, mas nunca absolutamente solitária, os indivíduos lutam pela produção imediata da vida e pelo aumento da qualidade de sua existência mesmo em meio ao caos que é viver sob a lógica da negação. É sobre esse ponto que o presente trabalho objetiva tecer reflexões, a partir da identificação e dos processos de constituição de uma prática de luta política com a População de Rua no município de São Carlos, objetivando apoiar o coletivo para o desenvolvimento de suas ações estratégicas, bem como, demonstrar que mesmo em meio a tantas carências materiais, é possível fazer política visando processos mais amplos de libertação.

Processos de organização da raiva

A partir da década de 1980, época de emergência de movimentos sociais expressivos no Brasil (DOIMO, 1995), grupos ligados à Teologia da Libertação, especialmente em São Paulo e Belo Horizonte, tiveram papel importante nos primeiros processos de mobilização da População de Rua para que, mais tarde, despontasse como legítimo ator político que tem na vivência direta da negação, a força pioneira para a tomada de consciência crítica sobre a necessidade de agir politicamente. Sob a influência desse contexto de mobilizações, a ocorrência de situações extremas de negação da vida de pessoas e grupos viventes na rua⁵, além do fortalecimento de espaços de participação popular na vida política brasileira, surge o *Movimento Nacional da População de Rua* – MNPR, a partir dos anos 2000 (COSTA, 2007; FERRO, 2011).

O surgimento desse movimento com abrangência nacional e uma das raras iniciativas dessa natureza no mundo, deu-se a partir da conjunção de muitos fatores que propiciaram seu aparecimento no campo político. O primeiro diz respeito à percepção da *situação limite* vivida pela População de Rua em todo o país, que é a negação da vida

⁵ A situação que demarca os primeiros processos de politização da População de Rua é a morte do índio pataxó Galdino Jesus dos Santos de 44 anos na madrugada de 20 de abril de 1997 perpetrada por cinco jovens da burguesia Brasileira. Os jovens atearam fogo no corpo do indígena enquanto ele dormia em um ponto de ônibus em Brasília após participar de uma manifestação em prol de seus direitos. Ao serem responsabilizados pelo crime, justificaram às autoridades terem pensado se tratar de um mendigo, expressando profunda indiferença em relação àqueles que vivem na rua. A Chacina da Praça da Sé ocorrida entre os dias 19 e 22 de agosto de 2004, foi a situação que culminou, finalmente, na criação do MNPR. Naquela ocasião, 15 pessoas que viviam na rua foram atacadas, sendo que 7 morreram no mesmo local onde dormiam. Este fato permitiu uma percepção mais ampla por parte desse público sobre suas reais condições de vida negada, o que impulsionou o esboço de um campo prático político próprio.

em todas as suas dimensões. De acordo com Freire (2005; 2011) as situações limite são condições existenciais concretas que oprimem determinados grupos marginalizados, podendo causar aderência aos fatos a partir de uma visão fatalista e ingênua sobre a realidade vivida. Diante destas situações, as pessoas nem sempre encontram maneiras de agir para superá-las e, tal circunstância pode decorrer de condições de vida extremamente precárias que fazem com que os sujeitos não tenham a possibilidade de participar politicamente da construção da história (FREIRE, 2007).

Dussel (2007b, p. 64) contribui com a compreensão sobre circunstâncias que possibilitam que práticas sociais de manutenção de necessidades de vida imediata convertam-se em luta no campo político em função do aumento qualitativo da vida dos cidadãos. Para o autor, todo ser humano é originalmente comunitário. Diante dos desafios da perpetuação e manutenção da vida no mundo onde são disputados *projetos* que: ora apontam o futuro como conservação do passado; ora o guiam à construção de novas possibilidades por vir, os grupos necessitam se afirmar a si mesmos e se unir para buscar concordâncias criando “a convergência das vontades para um *bem comum*” (DUSSEL, 2007b, p. 27) e lutar. A *vontade-de-viver* que é o instinto primordial à sobrevivência humana e que está presente em todos os indivíduos, torna-se uma força cega quando não é coletivamente direcionada para garantir a vida do grupo (DUSSEL, 2007b). Há de existir acordos e convergências de projetos por meio da comunicação das vontades e da elaboração de estratégias designadas ao alcance dos objetivos comuns.

Em síntese, a *vontade-de-viver* da comunidade aliada aos acordos alcançados por meio da comunicação formam o trinômio *vontade-consenso-factibilidade* (DUSSEL, 2007b), ou seja, o reconhecimento coletivo da negação da vida que gera a possibilidade real e factível de movimentação para sua superação. Esses elementos constituem a *política*, que deixa de ser somente um campo de atuação humana para se transformar em *poder* que impulsiona o movimento dos sujeitos dentro do campo prático que, por sua vez, se converte em espaço de luta organizada. O conjunto formado pelos três elementos somado ao poder político denomina-se *Potentia* (DUSSEL, 2007b, p.27).

Em nossa sociedade, possuir direitos não significa tê-los garantidos, necessariamente. Esse modo de organização societária torna o valor do bem como um fim em si mesmo obscurecendo a possibilidade de que todas as pessoas e grupos possam satisfazer suas necessidades básicas igualmente (MAX-NEEF, 1993). Para saná-las, não se pode prescindir de três momentos: da conscientização sobre o que falta na vida para que seja plena; da indignação expressada na raiva frente ao sofrimento

vivido e da ousadia de buscar *ser mais*. Todos esses elementos juntos convertem-se na capacidade que os humanos, coletivamente, possuem de transformar a *vontade de viver* na *luta* efetiva pela vida de qualidade, constituindo-se em *comunidades políticas*.

Diante disso, a *comunidade política* é compreendida como espaço-tempo formado pelos níveis da materialidade e da subjetividade que tem na intersubjetividade sua característica fundamental. Os fatores que a perpassam sustentando-a como uma comunidade que é política, são: os sujeitos que têm *vontade-de-viver* e se unem para manter a existência material e simbólica; os *consensos* pautados em projetos de mundo comuns e a *práxis* desencadeada por processos de ação-reflexão capazes de gerar transformações voltadas à retroalimentação dos elementos anteriores. O conjunto que constitui uma comunidade política pode se desdobrar ao infinito dinamizando cosmovisões que podem fortalecer a lógica do mundo que está dado ou apontar horizontes utopicamente possíveis, para além do capital.

As experiências do Fórum e seus processos constitutivos

Freire (2007) afirma que ser humano se constitui na história e tem a vocação de transformar-se constantemente alcançando *ser mais*. Para ele, tal vocação “não se realiza na inexistência de ter, na indigência”. Demanda “liberdade, possibilidade de decisão, de escolha, de autonomia” (FREIRE, 2007, p. 14-15) e ao não contar com isso, pode-se perder essa vocação, perdendo também a humanidade. Sob esse aporte, surgiu a curiosidade sobre quais processos poderiam contribuir com a constituição de um campo prático de luta política protagonizada pela População de Rua para o cumprimento da vocação de participar da construção da história.

Entre os dias 26 e 27 de novembro de 2015, em que foi fundado o Fórum da População de Rua de São Carlos/SP como espaço pioneiro de reflexão e ação estratégica⁶ com vistas à efetivação dos direitos desse grupo no município, também pode-se vislumbrar a possibilidade de constituição de um campo de *participação*

⁶ A ação política é *estratégica*, não meramente instrumental (como a ação técnica que transforma a natureza), uma vez que se dirige a outros sujeitos humanos que, como atores, ocupam espaços práticos, hierarquizam-se, oferecem resistência ou ajudam na ação uns dos outros, em um campo de forças que constituem o que denominamos *poder*. Por isso, a vontade consensual dá às ações coletivas força, unidade, poder de alcançar os propósitos (DUSSEL, 2007b, p. 52-53).

*pesquisante*⁷ (BRANDÃO, 2003). Assim, desde a fundação até janeiro de 2017, os participantes da prática produziram um sem número de informações sistematizadas em diferentes documentos durante: encontros mensais; reuniões de planejamento; articulações externas e encontros de formação. A análise coletiva de todos esses momentos tem possibilitado desvelar processos que potencializam e/ou que fragilizam a constituição do Fórum no campo político, além da compreensão do mesmo como uma prática social de luta política *da* População de Rua e/ou *com* a População de Rua.

Para isso, a concepção de organização e produção de conhecimento popular advindo da *Sistematização de Experiências* tem contribuído sobremaneira. Em síntese, ao possibilitar o resgate da experiência vivida, a descrição e análise dos fatos decorridos e a interpretação crítica das experiências à luz das teorias adotadas, esse campo epistêmico é capaz de levar o coletivo à compreensão essencial sobre os motivos pelos quais acontecimentos passados se sucederam em etapas, suas continuidades e descontinuidades diante da atuação política aqui estudada (HOLLIDAY, 2001, 2006). O nível de compreensão que passa da aparência do fenômeno a sua essência fundamental é indispensável frente ao desafio que os atores sociais em movimento assumem a fim de não perderem de vista o sentido da prática que produzem, uma vez que, diante dela, criam as possibilidades de questionarem sua eficácia e coerência em relação aos propósitos da ação desenvolvida (MARX, 2011; HOLLIDAY, 2001, 2006).

O espaço do Fórum como instância coletiva e deliberativa, é constituído em seus encontros mensais que são realizados em praças públicas no período da manhã⁸. Os encontros são organizados em 3 momentos 1) Informes; Denúncias; Pauta e Encaminhamentos. Após os encontros, é a vez de uma comissão de participantes⁹ reunir-se com o objetivo de encaminhar as ações estratégicas deliberadas. Essa reunião vem acontecendo em salas na Defensoria Pública ou em algum equipamento da Prefeitura, onde há estrutura mais adequada para realização de atividades que demandem o uso de computador, de projetor, de impressora, dentre outros materiais.

⁷ Modo de desenvolver pesquisas em que o pesquisador deixa de enxergar e tratar o outro-distante ou o outro-distanciado, para compreendê-lo como o outro-cúmplice (BRANDÃO, 2003).

⁸ Locais em que a População de Rua historicamente está presente e onde o Fórum, por decisão do coletivo, teria maior visibilidade pública e menos trâmites burocráticos para realizar seus encontros.

⁹ Ela é constituída por pessoas que, tendo participado de algum encontro, queiram estar na comissão. Os dias e horários são combinados nos encontros mensais e se adequam à possibilidade das pessoas que vivem na rua participarem.

O primeiro encontro e o desvelamento do universo temático

No primeiro encontro do Fórum no dia 15 de fevereiro de 2016, em uma sala da Defensoria Pública de São Carlos, estiveram presentes 31 pessoas de diferentes setores (Quadro 1).

Quadro 1. Participantes do Fórum da População de Rua de São Carlos no dia 15 de fevereiro de 2016, às 9h na Defensoria Pública do município.

SOCIEDADE CIVIL	ÓRGÃOS DO PODER PÚBLICO
<ul style="list-style-type: none"> - Pessoas em situação de rua; - UFSCar (membro do grupo de Pesquisa Práticas Sociais e Processos Educativos; membros do ATHO/DTO e Metuia/DTO); - ONG: Associação Kooperi 	<ul style="list-style-type: none"> Defensoria Pública (Psicóloga e Assistente Social); - Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População em Situação de Rua – Centro POP (Terapeuta Ocupacional; Psicólogo); - Centro de Apoio Psicossocial Álcool e Drogas – CAPS AD (Psicólogo).

Fonte: Elaboração própria a partir de lista de presença.

Cada pessoa se apresentou e, naquele momento, surgiram denúncias em torno das violações de direitos sofridas em São Carlos. Percebeu-se que o horizonte da negação era extenso. Por isso foi dada a sugestão de sistematizar um universo temático de situações limite, a partir de relatos de experiências vividas na rua (Quadro 2).

Quadro 2. Universo temático de violações de direitos da População de Rua de São Carlos organizado no 1º encontro do Fórum no dia 15 de fevereiro de 2016.

TEMAS	SITUAÇÕES LIMITE
Casa de Passagem (Albergue)	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de liberdade; - Aplicação de castigos (como se fossem crianças).
Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldades de conseguir trabalho digno.
Desrespeito	<ul style="list-style-type: none"> - Nomes que recebem e que expressam o desrespeito (morador de rua, por exemplo); - Guarda municipal (violenta, especialmente nos equipamentos públicos direcionados à População de Rua); - Preconceito.
Dependência Química	<ul style="list-style-type: none"> - Lacunas na assistência aos finais de semana.
Moradia	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de políticas que possibilitem acesso à moradia.

Fonte: Elaboração própria a partir dos relatos das pessoas que vivem ou que tem trajetória de rua em São Carlos presentes no 1º encontro do Fórum (15/02/16).

O objetivo consensuado pelo coletivo no primeiro encontro foi escolher um dos temas para subir à pauta a fim de ser tratado nos níveis da reflexão-ação-reflexão até a sua solução. A decisão decorreu da fala frequente de quem vive ou tem trajetória de rua sobre a necessidade das “coisas” mudarem, de saírem do papel, para se tornarem realidade em termos de melhoria de suas vidas na cidade. Diante desse intuito, o tema elegido foi a Casa de Passagem, antigo Albergue Noturno. De fevereiro até agosto do presente ano, foram realizadas diversas ações em relação ao tema em pauta (Quadro 3).

Quadro 3. Ações do Fórum em relação à Casa de Passagem (15/02 a 09/08/16).

AÇÃO (fevereiro / março)	OBJETIVO	RESULTADO	PROCESSOS DE CONCRETIZAÇÃO
Organização de documentos oficiais que regem a Política de Atendimento e Acolhimento da População de Rua.	Instrumentalização do coletivo do Fórum em relação às Políticas de Atendimentos e Acolhimento da População em Situação de Rua.	Arquivo (pasta) contendo documentos que regem as Políticas de Atendimentos e Acolhimento da População em Situação de Rua.	Consensuar a necessidade dessa ação; Distribuir tarefa para concretizar a ação;
Levantamento de informações sobre o funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).	Conhecer dias e horários das reuniões do Conselho Municipal, com vistas a participar de algumas delas.	Reuniões são quinzenais, às terças-feiras às 8:30 na Secretaria de Cidadania e Assistência Social; Secretária demandou reunião com Fórum antes de seus membros irem ao CMAS.	Buscar informações em meios diversos (internet; departamentos; etc.); Responsabilizar pelo desenvolvimento da ação para dar resposta ao coletivo;
Solicitação de documentos que regem a Casa de Passagem via Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de São Carlos	Obtenção de documentação sobre uso e ocupação da Casa de Passagem para instrumentalização do coletivo.	Acesso ao Convênio celebrado entre Prefeitura Municipal de São Carlos e Instituição Saber Amar que administra Casa de Passagem, porém, o documento estava desatualizado.	Conhecer jogo político; Ler documentos normativos.

Fonte: Elaboração própria a partir das atas dos encontros do Fórum da População de Rua de São Carlos.

De maneira a primar pelo protagonismo da População de Rua, dentre os debates que se seguiram ao primeiro encontro, tiveram destaque os que enfatizaram a necessidade de que, em cada ação do coletivo houvesse pelo menos uma pessoa que vive ou que tem trajetória de rua. Nessa prática, assim como nas estudadas a partir da produção acadêmica especializada e as observadas durante a realização do trabalho de campo, a tônica é a legitimidade das práticas de luta da População de Rua garantida pelas pessoas que dela fazem parte e que vive ou viveu a experiência. Os *apoiadores*

possuem papel fundamental nos processos de criação e fortalecimento das práticas, pois é deles que advém um sem número de recursos (materiais, psicológicos, educativos, etc.) que as mantêm de pé. Contudo, não são eles que devem protagonizá-las.

Articulações externas e o aprendizado com militantes experientes

No dia 17 de maio de 2016, membros do Fórum da População de Rua de São Carlos participaram de um dos encontros do Fórum da População em Situação de Rua em Campinas/SP a fim de consolidar parceria com esse coletivo existente há mais de 10 anos. Essa e outras experiências de articulação com coletivos e militantes mais experientes que se sucederam, vem possibilitando a identificação e compreensão de um conjunto de processos de constituição de práticas de luta política com o público em questão que, ora apontam caminhos a sua libertação, ora reforçam processos de *conquista, silenciamento, alienação e manipulação* que caracterizam práticas de opressão, de acordo com Freire (2005). A depender de como tais práticas insurgem no campo político, também se faz possível classificá-las enquanto práticas de luta *com* a População de Rua ou *da* População de Rua¹⁰, como esquematiza o quadro 4.

¹⁰ Na qualificação do doutorado no dia 30 de janeiro de 2017, foi feita a sugestão de refletir sobre práticas *para* a População de Rua, suas características específicas e elementos constitutivos.

Quadro 4. Tipos de práticas de luta que podem ser instituídas no campo político contextualizado pela problemática da vida na rua.

PROCESSOS DE CONSTITUIÇÃO E INSTITUIÇÃO DA PRÁTICA	PRÁTICAS DA POPULAÇÃO DE RUA	PRÁTICAS COM A POPULAÇÃO DE RUA	CONVERGÊNCIAS
<i>OCUPAÇÃO</i>	De baixo para cima	De cima para baixo	<p>Nunca ser <i>sobre</i> a População de Rua; Ser propriedade da População de Rua e expressão de sua voz; Prevaler as demandas do grupo social; Primar pelo reconhecimento da alteridade e pela construção da convivência dialógica; Reconhecer e valorizar a unidades na diversidade; Ampliar a luta unânime e buscar o consenso; Romper modos de organização hierárquica; Valorizar ideias dos participantes que devem ser problematizadas, nunca silenciadas; Compor grupos de ação que contenham pelo menos um representante da População de Rua; Promover ações que busquem soluções efetivas dos problemas e que produzam resultados; Fomentar participação assídua dos atores com ou sem trajetória de rua; Promover perspectivas de futuro; Promover momentos de reflexão sobre o tempo da política ou sobre eventual demora dos resultados; Primar pela permuta, nunca pela falsa generosidade entre atores.</p>
<i>PARTICIPAÇÃO</i>	Essencialmente quem tem trajetória de rua	Diversidade de atores sociais	
<i>CONSCIENTIZAÇÃO</i>	Protagonismo da População de Rua	Protagonismo dos participantes de modo geral	
<i>EFETIVAÇÃO</i>			

No mesmo movimento de convivência dialógica com militantes mais experientes também foi possível identificar processos postos frente ao desafio da participação da População de Rua e seus apoiadores em práticas sociais no campo político. A partir de sua análise, foram classificados como processos participativos que potencializam e que enfraquecem a constituição e institucionalização de práticas de luta política situadas sobre a problemática da População de Rua brasileira (Quadro 5).

Quadro 5. Potências e fragilidades dos processos participativos.

PROCESSOS QUE POTENCIALIZAM	PROCESSOS QUE FRAGILIZAM
Acreditar que é possível transformar pela participação na prática de luta	Dicotomia entre trabalho e militância
Construir a política da intersubjetividade, do afeto, da alteridade, conhecer as singularidades sempre que possível, fazer a crítica e ouvir sempre	Não haver laços afetivos entre as pessoas, importar-se apenas com ganhos individuais e perder a dimensão coletiva da luta
Desenvolver a pedagogia do exemplo	Desvalorização do saber de experiência do outro
Estimular a curiosidade sobre as causas dos problemas e o conhecimento crítico sobre a situação que se vive	Manutenção da alienação
Denunciar sempre	Imposição e sofrimento de represálias
Democratizar os processos de tomada de decisão e romper hierarquias	Excesso de burocracias
Ter coerência	Discurso descolado da prática
Travar parcerias estratégicas	Falta de oportunidades
Manter o espaço da prática sempre aberto a todos que queiram se aproximar e construí-la com quem estiver presente	
Desorganização	
Manter a prática no decorrer do tempo e dar perspectiva de futuro, desenvolver ações que tragam resultados em curto, médio e longo prazo	Desistência da luta
Estimular a criação e a participação em outros espaços de ação reflexão, apoiar quem participa, falar a mesma língua	Falsa generosidade
Melhorar atendimentos nos equipamentos da rede pública direcionados à População de Rua (Saúde, educação, trabalho, etc.)	Dependência química
Manter o desafio da participação como pauta central da prática e convidar constantemente para participar	Enfraquecimento da participação política
Romper o imediatismo, desenvolver a paciência impaciente	Possibilidade de lutar apenas pela sobrevivência

Finalmente, foram desvelados processos de formação de representantes políticos da População de Rua (Quadro 6) que na visão do MNPR que, hoje, podem ser formados, exclusivamente, por pessoas que vivem ou que possuem trajetória de vida na rua. Tais processos são: viver ou ter vivido na rua; ter disposição para aperfeiçoar ou iniciar a construção da trajetória militante voltada à defesa de direitos coletivos; ser

assíduo/a na(s) prática(s) de luta de que participa; compor equipes de ação e reflexão na prática; demonstrar resultados ao grupo social; fazer uso moderado de álcool e/ou outras drogas lícitas e ilícitas; ter bom senso (ou o “pé no chão” como descreve uma das militantes); adotar postura defensiva frente a situações de abuso contra si e contra seus parceiros de de vida e de luta; não ter medo de denunciar e não estar envolvido com o mundo do crime para fazer enfrentamentos institucionais com autonomia.

Considerações sem final...

Todos os processos desvelados até o momento no percurso da pesquisa militante realizada no Fórum da População de Rua de São Carlos vêm fortalecendo o papel das mulheres e dos homens que vivem ou que têm trajetória de rua como potentes atores políticos, mesmo contando com condições materiais extremamente precárias. Contudo, faz-se necessário levar em conta as especificidades do grupo e de seu modo de vida a propor ações estratégicas em prol do alcance de seus direitos. Isso, em geral, exige dos apoiadores ou colaboradores dessas práticas sociais, que compreendam profundamente a realidade tocada nos processos de luta e se entreguem à convivência dialógica com quem sofre a negação de suas vidas cotidianamente, tendo em vista que a luta política no contexto de grupos populares, como a População de Rua, trata-se, essencialmente, de um longo e persistente processo educativo humanizador.

Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A pesquisa a várias mãos: a experiência da pesquisa no trabalho do educador**. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto Nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm. Acesso em: mar. de 2012.

COSTA, Daniel de Lucca. **A rua em movimento: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, SP, 2007.

COSTA, Alderon; BARBOZA, Rose. Situação de rua e os desafios para os candidatos às prefeituras. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, ano 10, n. 110, p. 6-7, set/2016.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

DUSSEL, Enrique. **Filosofía de la Liberación**. 1. ed. México: EDICOL, 1977a. 234 p. Disponível em: < <http://www.enriquedussel.com/libros.html#>>. Acesso em: abr. 2012.

DUSSEL, Enrique. El programa científico de investigación de Karl Marx (Ciencia funcional y crítica). In: **Hacia una filosofía política crítica**. Bilbao: Ed Desclée de Brouwer, 2001, p. 1-24. Disponível em: <http://www.enriquedussel.com/libros.html#>. Acesso em: abril de 2012.

_____. **20 Teses de Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2007b.

_____. **16 Tesis de Economía Política**: interpretación filosófica. México: Siglo XXI Editores, 2014.

FERRO, Maria Carolina Tiraboschi. **Desafíos de la participación social**: alcances y límites de la construcción de la Política Nacional para la Población en Situación de Calle en Brasil. 2011. 221p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Sociologia) – Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales – Sede Académica Argentina, Buenos Aires, 2011.REIS, 2011.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. **Política e Educação**. Indaiatuba-SP: Villa das Letras, 2007. (Coleção Dizer a Palavra).

_____. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Dilemas y Desafíos de la Sistematización de Experiencias**. Centro de Estudios y Publicaciones-Alforja. Costa Rica. Maio, 2001. Disponível em: <http://www.alboan.org/archivos/335.pdf>>. Acesso em: Agosto de 2016.

_____. **Para sistematizar experiências**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem**: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

MARX, Karl. O método da economia política. In: MARX, Karl. **Os Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MAX-NEEF, Manfred. **Desarrollo a escala humana**. Montevideo, Uruguai: 1993.

MELO, Tomás Henrique de Azevedo Gomes. **A Rua e a Sociedade**: articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua.

194f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

NATALINO, Marco Antonio Carvalho. **Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil**. 2246 Texto para discussão. Brasília: IPEA, 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/26102016td_2246.pdf>.

Acesso em: outubro de 2016.

OLIVEIRA, Maria Waldenez de; SOUSA, Fabiana Rodrigues de (orgs.). **Processos educativos em práticas sociais**: pesquisas em educação. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

RIBEIRO JUNIOR, Djalma. **Criação audiovisual na convivência dialógica em um grupo de dança de rua como processo de educação humanizadora**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São, Centro de Educação e Ciências Humanas, São Carlos, 2009.

STOFFELS, Marie-Ghislaine. **Os mendigos na cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.